



*Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A*  
*Relatório sobre a aplicação de procedimentos previamente acordados para atendimento ao*  
*Despacho ANEEL n° 4.786 de 11 de dezembro de 2014 relativo ao Manual de Orientação dos*  
*Trabalhos de Auditoria das Demonstrações Contábeis Regulatórias - DCR -*  
*Regulado pela resolução ANEEL n° 396/10 - Data base 31 de dezembro de 2014*

**Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.**

**Demonstrações contábeis regulatórias de  
acordo com Resolução ANEEL n° 396  
de 23 de fevereiro de 2010  
31 de dezembro de 2014 e 2013**



*Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A*  
*Relatório sobre a aplicação de procedimentos previamente acordados para atendimento ao*  
*Despacho ANEEL n° 4.786 de 11 de dezembro de 2014 relativo ao Manual de Orientação dos*  
*Trabalhos de Auditoria das Demonstrações Contábeis Regulatórias - DCR -*  
*Regulado pela resolução ANEEL n° 396/10 - Data base 31 de dezembro de 2014*

## **Índice**

Balancos patrimoniais regulatórios	11
Demonstrações do resultado regulatório	12
Notas conciliatórias entre as demonstrações contábeis regulatórias	13



**Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A**  
*Relatório sobre a aplicação de procedimentos previamente acordados para atendimento ao  
Despacho ANEEL nº 4.786 de 11 de dezembro de 2014 relativo ao Manual de Orientação dos  
Trabalhos de Auditoria das Demonstrações Contábeis Regulatórias - DCR -  
Regulado pela resolução ANEEL nº 396/10 - Data base 31 de dezembro de 2014*

## Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.

### Balancos patrimoniais regulatórios

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013

*(Valores expressos em milhares de reais)*

	Nota	31/12/2014	31/12/2013
<b>ATIVO</b>			
<b><u>CIRCULANTE</u></b>			
Caixa e equivalentes de caixa		1.952	1.977
Concessionárias e permissionárias		429	1.470
Impostos a recuperar		77	111
Outros ativos		352	356
		<b>65.136</b>	<b>65.893</b>
<b><u>NÃO CIRCULANTE</u></b>			
Títulos e valores mobiliários		2.216	2.034
Concessionárias e permissionárias		943	-
Outros ativos		49	13
Imobilizado	4	61.928	63.846
		<b>67.946</b>	<b>69.807</b>
<b>ATIVO TOTAL</b>			
		<b>67.946</b>	<b>69.807</b>
		31/12/2014	31/12/2013
<b>PASSIVO</b>			
<b><u>CIRCULANTE</u></b>			
Empréstimos e financiamentos		3.910	3.914
Fornecedores		6	15
Salários, férias e encargos sociais		107	89
Tributos e contribuições sociais a recolher		149	175
Dividendos a pagar		3.213	1.635
Taxas regulamentares		510	463
Outras obrigações		417	125
		<b>23.775</b>	<b>27.606</b>
<b><u>NÃO CIRCULANTE</u></b>			
Empréstimos e financiamentos		23.741	27.572
Provisões para litígios		34	34
		<b>35.859</b>	<b>35.785</b>
<b><u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u></b>			
Capital social		29.064	29.064
Reserva de lucro		6.795	6.721
		<b>67.946</b>	<b>69.807</b>
<b>PASSIVO TOTAL</b>			
		<b>67.946</b>	<b>69.807</b>



*Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A*  
*Relatório sobre a aplicação de procedimentos previamente acordados para atendimento ao*  
*Despacho ANEEL n° 4.786 de 11 de dezembro de 2014 relativo ao Manual de Orientação dos*  
*Trabalhos de Auditoria das Demonstrações Contábeis Regulatórias - DCR -*  
*Regulado pela resolução ANEEL n° 396/10 - Data base 31 de dezembro de 2014*

## Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.

### Demonstrações do resultado regulatório

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

*(Em milhares de reais)*

	Nota	31/12/2014	31/12/2013
<b>RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>			
Outras Receitas Vinculadas (transmissão de energia)	5	11.841	11.929
<b>DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL</b>			
Federais		(432)	(436)
<b>ENCARGOS REGULAMENTARES DA CONCESSÃO</b>			
Reserva Global de Reversão		(302)	(298)
Pesquisa e Desenvolvimento - P & D		(110)	(112)
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>		<b>10.997</b>	<b>11.083</b>
<b>RESULTADO ANTES DOS CUSTOS GERENCIÁVEIS</b>		<b>10.997</b>	<b>11.083</b>
<b>CUSTOS GERENCIÁVEIS</b>			
Pessoal		(1.099)	(997)
Administradores		(190)	(131)
Serviço de Terceiros		(1.081)	(832)
Material		(14)	(30)
Arendamentos e Alugueis		(120)	(90)
Tributos		(33)	(41)
Seguros		(17)	(24)
Outros		(41)	(63)
Doações, contribuições e subvenções		(17)	(13)
Provisões - Outras		-	(25)
Depreciação		(2.021)	(2.021)
<b>TOTAL DOS CUSTOS GERENCIÁVEIS</b>		<b>(4.633)</b>	<b>(4.267)</b>
<b>RESULTADO DA ATIVIDADE DE CONCESSÃO</b>		<b>6.364</b>	<b>6.816</b>
<b>RESULTADO EXTRA CONCESSÃO</b>		<b>6.364</b>	<b>6.816</b>
Receita financeira	6	430	256
Despesa financeira	6	(2.020)	(2.246)
<b>RESULTADO ANTES DO IRPJ / CSLL</b>		<b>4.774</b>	<b>4.826</b>
Imposto de renda	7	(320)	(278)
Contribuição social	7	(167)	(152)
<b>LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>8</b>	<b>4.287</b>	<b>4.396</b>

## **Notas conciliatórias entre as demonstrações contábeis regulatórias**

*(Valores expressos em milhares de reais)*

### **1 Informações gerais**

A Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. (“Companhia” ou “ETES”) foi constituída em 19 de dezembro de 2006 com o propósito específico de exploração de linhas de transmissão de energia elétrica, com sede na Rua Gomes de Carvalho, nº 1996, 15º andar, Conjunto 151, Sala G, Vila Olímpia, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 04547-006, tendo como objeto social planejar, implantar, construir, operar e manter instalações de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos. Por se tratar de uma concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, suas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

A Companhia é diretamente controlada pela Alupar Investimento S.A. (“Alupar”).

#### **Concessão de linha de transmissão**

Pelo Contrato de Concessão de Transmissão de Energia Elétrica nº 006/2007 - ANEEL, de 20 de abril de 2007, foi outorgada à Companhia pela União, por intermédio da ANEEL, a concessão de serviço de transmissão de energia elétrica, pelo prazo de 30 anos, que consiste no desenvolvimento de infraestrutura, operação e manutenção da linha de transmissão de 230 kV com extensão de 107 km, composta pela linha de transmissão Mascarenhas - Verona e subestação Verona (desenvolvimento de infraestrutura) e Mascarenhas (ampliação) em 230 kV localizadas no Estado do Espírito Santo. Pela resolução autorizativa 1.622 de 21 de outubro de 2008 a concessionária também ficou responsável pela instalação do pátio de 138 KV na subestação Verona e pela resolução autorizativa 1.890 de 22 de abril de 2009 pela instalação de 1 banco de transformadores monofásicos, 1 transformador de aterramento e conexões na subestação Verona, constituindo respectivamente a 1ª e 2ª Rede Básica de Novas Instalações (RBNI).

A prestação do serviço de transmissão se dá mediante o pagamento de Receita Anual Permitida - RAP desde a data da disponibilização das instalações para a operação comercial e será reajustado anualmente no mês de julho de cada ano, pelo IPCA, sendo que está previsto contratualmente revisões da RAP para o 5º, 10º e o 15º ano do período de concessão. De acordo com o Contrato de Concessão, a partir do 16º ano de operação comercial, a receita anual permitida - RAP será reduzida em 50% do valor vigente no 15º até o final do prazo de concessão. Em 12 de dezembro de 2008, entrou em operação comercial a citada linha de transmissão e a respectiva subestação, em 3 de maio de 2009 a 1ª RBNI e em 6 de julho de 2010 a 2ª RBNI.

A Receita Anual Permitida - RAP, conforme Resolução Homologatória nº 1.756 de 24 de junho de 2014 é de R\$ 12.066 para o ciclo de 2014/2015, excluído das despesas com PIS/COFINS (R\$ 11.856 para o ciclo de 2013/2014).

O Contrato de Concessão estabelece que a extinção da concessão determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Assim sendo, a

Administração da Companhia entende que ao final do prazo de concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente. A metodologia aplicada à valorização desses ativos encontra-se explicitada em nota explicativa específica.

## **2 Base de preparação e apresentação das informações**

### **2.1 Declaração de conformidade**

As demonstrações contábeis regulatórias da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico brasileiro, definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que foram aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e determinados dispositivos das leis societárias, a exceção dos seguimentos dispostos que são conflitantes com as práticas regulatórias:

- ICPC 01 - Contratos de Concessões (IFRIC 12): Esse pronunciamento estabelece que as infraestruturas desenvolvidas no âmbito dos contratos de concessão não são reconhecidas como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que o concessionário não possui a propriedade, tampouco controla a utilização dessa infraestrutura, passando a ser reconhecidas de acordo com o tipo de compromisso de remuneração a ser recebida pelo concessionário.

No caso dos contratos de concessão de transmissão de energia, entende-se que o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão e resulta no registro de um ativo financeiro, o qual é registrado ao custo amortizado. Nas demonstrações contábeis societárias a Companhia classifica os saldos de Contas a receber - ativo financeiro, como instrumentos financeiros “recebíveis”. Recebíveis são representados por instrumentos financeiros não derivativos com recebimentos fixos, e que não estão cotados em um mercado ativo. Os recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, por ajuste para redução ao seu provável valor de recuperação ou por créditos de liquidação duvidosa.

A apresentação das demonstrações contábeis regulatórias visa atender as determinações do órgão regulador, que é a divulgação de um conjunto de informações que representem a situação econômico-financeira da Companhia, em consonância com o arcabouço legal regulatório.

As demonstrações contábeis regulatórias devem ser lidas em conjunto com as demonstrações societárias, que contém as informações das notas explicativas adicionais às divulgadas neste relatório, as quais podem ser consultadas no site da Companhia.

### **2.2 Base de preparação e apresentação**

Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis regulatórias estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido aos arredondamentos, os números apresentados ao longo deste documento podem não perfazerem precisamente aos totais apresentados.

## **2.3 Práticas contábeis regulatórias - específicas do setor elétrico**

### ***Plano de contas***

A Companhia adota o plano de contas contido no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, instituído pela Resolução ANEEL nº 444, de 26 de outubro de 2001 e alterações subsequentes estabelecidas através da Resolução ANEEL n.ºs 473, de 06 de março de 2006, 219, de 11 de abril de 2006, 4.815, de 26 de dezembro de 2008, 370 de 30 de junho de 2009 e 396 de 23 de fevereiro de 2010.

### ***Ativo imobilizado***

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação e estão deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas de redução ao valor recuperável acumuladas. Incluem ainda quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que estes estejam em condição de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Bens e instalações em função do serviço concedido são cadastrados e controlados pela concessionária e permissionária em sistemas auxiliares ou em registros suplementares, por meio de Unidade de Cadastro - UC e Unidade de Adição e Retirada - UAR, por Ordem de Imobilização - ODI, conta contábil, data de sua transferência (capitalização) para o Imobilizado em Serviço.

A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro - UC, conforme determina Resolução ANEEL nº. 474/2012. As taxas anuais estão determinadas na tabela anexa às Resoluções ANEEL nº 02 de 24 de dezembro de 1997, nº 44 de 17 de março de 1999, nº 367, de 2 de junho de 2009 e nº 474 de 7 de fevereiro de 2012.

Os ganhos e perdas na alienação/baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do bem, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas/despesas operacionais.

Os bens e instalações utilizados nas atividades reguladas são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL. A ANEEL regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação e determina que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

### ***Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica***

Representa o saldo de valores e/ou bens recebidos de Municípios, Estados, União Federal e Consumidores em geral, relativos a doações e subvenções para investimento na expansão do serviço público de energia elétrica.



**Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A**  
*Relatório sobre a aplicação de procedimentos previamente acordados para atendimento ao  
Despacho ANEEL nº 4.786 de 11 de dezembro de 2014 relativo ao Manual de Orientação dos  
Trabalhos de Auditoria das Demonstrações Contábeis Regulatórias - DCR -  
Regulado pela resolução ANEEL nº 396/10 - Data base 31 de dezembro de 2014*

Em atendimento à Instrução Contábil nº 6.3.23 do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, as Obrigações Vinculadas à Concessão, registradas em grupo específico no Passivo Não Circulante, estão apresentadas como dedução do Ativo Não Circulante - Imobilizado, dadas suas características de aporte financeiro com fins específicos de financiamento para obras.

### ***Taxas regulamentares***

#### ***Reserva Global de Reversão (RGR)***

Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,6% dos investimentos efetuados pela concessionária em ativos vinculados à prestação do serviço de eletricidade, limitado a 3,0% de sua receita anual.

#### ***Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE)***

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as transmissoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas.

### **3 Demonstrações contábeis regulatórias**

A companhia apresenta a seguir, o balanço patrimonial, a demonstração do resultado do exercício e notas explicativas, conforme modelo de demonstrações regulatórias, definido pela ANEEL no despacho nº 4.786 de dezembro de 2014.



**Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A**  
**Relatório sobre a aplicação de procedimentos previamente acordados para atendimento ao**  
**Despacho ANEEL nº 4.786 de 11 de dezembro de 2014 relativo ao Manual de Orientação dos**  
**Trabalhos de Auditoria das Demonstrações Contábeis Regulatórias - DCR -**  
**Regulado pela resolução ANEEL nº 396/10 - Data base 31 de dezembro de 2014**

Nota de ajuste	31/12/2014			31/12/2013		
	Societário	Ajustes CPCs	Regulatório	Societário	Ajustes CPCs	Regulatório
(reapresentado)						
<b>ATIVO</b>						
<b>CIRCULANTE</b>	<b>15.937</b>	<b>(13.127)</b>	<b>2.810</b>	<b>16.329</b>	<b>(12.415)</b>	<b>3.914</b>
Caixa e equivalentes de caixa	1.952	-	1.952	1.977	-	1.977
Concessionárias e permissionárias	429	-	429	1.470	-	1.470
Impostos a recuperar	77	-	77	111	-	111
Estoques	2	-	2	-	-	-
Ativo financeiro da concessão	13.188	(13.188)	-	12.476	(12.476)	-
Outros ativos	289	61	350	295	61	356
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>77.896</b>	<b>(12.760)</b>	<b>65.136</b>	<b>75.257</b>	<b>(9.364)</b>	<b>65.893</b>
Títulos e valores mobiliários	2.216	-	2.216	2.034	-	2.034
Concessionárias e permissionárias	943	-	943	-	-	-
Outros ativos	-	-	-	-	13	13
Ativo financeiro da concessão	74.559	(74.559)	-	73.191	(73.191)	-
Depósitos judiciais	49	-	49	-	-	-
Imobilizado	5 129	61.799	61.928	32	63.814	63.846
<b>ATIVO TOTAL</b>	<b>93.833</b>	<b>(25.887)</b>	<b>67.946</b>	<b>91.586</b>	<b>(21.779)</b>	<b>69.807</b>
<b>PASSIVO</b>						
<b>CIRCULANTE</b>	<b>8.312</b>	<b>-</b>	<b>8.312</b>	<b>6.416</b>	<b>-</b>	<b>6.416</b>
Empréstimos e financiamentos	3.910	-	3.910	3.914	-	3.914
Fornecedores	6	-	6	15	-	15
Salários, férias e encargos sociais	107	-	107	89	-	89
Tributos e contribuições sociais a recolher	149	-	149	175	-	175
Dividendos a pagar	3.213	-	3.213	1.635	-	1.635
Taxas regulatórias	510	-	510	463	-	463
Outras obrigações	417	-	417	125	-	125
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>26.477</b>	<b>(2.702)</b>	<b>23.775</b>	<b>30.240</b>	<b>(2.634)</b>	<b>27.606</b>
Empréstimos e financiamentos	23.741	-	23.741	27.572	-	27.572
Tributos e contribuições sociais diferido	2.702	(2.702)	-	2.634	(2.634)	-
Provisões para litígios	34	-	34	34	-	34
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>59.044</b>	<b>(23.185)</b>	<b>35.859</b>	<b>54.930</b>	<b>(19.145)</b>	<b>35.785</b>
Capital social	29.064	-	29.064	29.064	-	29.064
Reserva de lucro	29.980	(23.185)	6.795	25.866	(19.145)	6.721
<b>PASSIVO TOTAL</b>	<b>93.833</b>	<b>(25.887)</b>	<b>67.946</b>	<b>91.586</b>	<b>(21.779)</b>	<b>69.807</b>

Conta contábil	Descrição	Nota de ajuste	31/12/2014			31/12/2013		
			Societário	Ajustes CPCs	Regulatório	Societário	Ajustes CPCs	Regulatório
(reapresentado)								
	<b>RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>							
611.0XX.1.03	Outras Receitas Vinculadas (transmissão de energia)	5	13.934	(2.093)	11.841	12.534	(605)	11.929
	<b>DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL</b>							
611.0XX.1.21	Federais		(432)	-	(432)	(436)	-	(436)
	<b>ENCARGOS REGULAMENTARES DA CONCESSÃO</b>							
611.0XX.1.31	Reserva Global de Reversão		(302)	-	(302)	(298)	-	(298)
611.0XX.1.32	Pesquisa e Desenvolvimento - P & D		(44)	-	(44)	(45)	-	(45)
611.0XX.1.32	Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico - FNDCT		(44)	-	(44)	(45)	-	(45)
611.0XX.1.32	Ministério de minas e energia - MME		(22)	-	(22)	(22)	-	(22)
	<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>		<b>13.090</b>	<b>(2.093)</b>	<b>10.997</b>	<b>11.688</b>	<b>(605)</b>	<b>11.083</b>
	<b>RESULTADO ANTES DOS CUSTOS GERENCIÁVEIS</b>		<b>13.090</b>	<b>(2.093)</b>	<b>10.997</b>	<b>11.688</b>	<b>(605)</b>	<b>11.083</b>
	<b>CUSTOS GERENCIÁVEIS</b>							
615.0XX.X.01	Pessoal		(1.099)	-	(1.099)	(997)	-	(997)
615.0XX.X.02	Administradores		(190)	-	(190)	(131)	-	(131)
615.0XX.X.21	Serviço de Terceiros		(1.081)	-	(1.081)	(832)	-	(832)
615.0XX.X.22	Custo de Construção		(3)	3	-	(77)	77	-
615.0XX.X.11	Material		(14)	-	(14)	(30)	-	(30)
615.0XX.X.91	Arrendamentos e Aluguéis		(120)	-	(120)	(90)	-	(90)
615.0XX.X.93	Tributos		(33)	-	(33)	(41)	-	(41)
615.0XX.X.92	Seguros		(17)	-	(17)	(24)	-	(24)
615.0XX.X.99	Outros		(41)	-	(41)	(63)	-	(63)
615.0XX.X.94	Doações, contribuições e subvenções		(17)	-	(17)	(13)	-	(13)
615.0XX.X.95	Provisões - Outras		-	-	-	(24)	-	(24)
615.0XX.X.53	Depreciação		(3)	(2.018)	(2.021)	(3)	(2.019)	(2.022)
	<b>RESULTADO DA ATIVIDADE DE CONCESSÃO</b>		<b>10.472</b>	<b>(4.108)</b>	<b>6.364</b>	<b>9.363</b>	<b>(2.547)</b>	<b>6.816</b>
	<b>RESULTADO EXTRA CONCESSÃO</b>		<b>10.472</b>	<b>(4.108)</b>	<b>6.364</b>	<b>9.363</b>	<b>(2.547)</b>	<b>6.816</b>
631 (-) 631.06.1.2	Receita financeira	6	430	-	430	256	-	256
635 (-) 635.06.1.2	Despesa financeira	6	(2.020)	-	(2.020)	(2.246)	-	(2.246)
	<b>RESULTADO ANTES DO IRPJ / CSLL</b>		<b>8.882</b>	<b>(4.108)</b>	<b>4.774</b>	<b>7.373</b>	<b>(2.547)</b>	<b>4.826</b>
710.0X.1.2.02/4	Imposto de renda	7	(364)	44	(320)	(290)	12	(278)
710.0X.1.2.01/3	Contribuição social	7	(191)	24	(167)	(159)	7	(152)
	<b>LUCRO (PREJUIZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>8</b>	<b>8.327</b>	<b>(4.040)</b>	<b>4.287</b>	<b>6.924</b>	<b>(2.528)</b>	<b>4.396</b>

#### 4 Ativo imobilizado e intangível regulatório

O saldo do imobilizado e do intangível regulatório, é como segue:

	31/12/2014	31/12/2013
<b>Imobilizado em serviço</b>		
Intangível	923	923
Terrenos	187	187
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.749	1.817
Máquinas e equipamentos	58.705	60.654
Moveis e utensílios	26	30
<b>Subtotal</b>	<b>61.590</b>	<b>63.611</b>
<b>Imobilizado em curso</b>		
Máquinas e equipamentos	223	223
Moveis e utensílios	115	12
<b>Subtotal</b>	<b>338</b>	<b>235</b>
<b>Total do imobilizado</b>	<b>61.928</b>	<b>63.846</b>

##### a. Bens vinculados à concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição, inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/99, regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

A movimentação do imobilizado e intangível regulatório e a depreciação nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é conforme segue:

	Em serviço					Em curso	Total
	Terrenos	Intangível	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios		
<b>Em Serviço/Curso</b>							
Saldo em 31 de dezembro de 2012	187	923	2.201	69.133	42	142	72.628
Adições	-	-	-	-	-	93	93
Saldo em 31 de dezembro de 2013	187	923	2.201	69.133	42	235	72.721
Adições	-	-	-	-	-	103	103
Saldo em 31 de dezembro de 2014	<b>187</b>	<b>923</b>	<b>2.201</b>	<b>69.133</b>	<b>42</b>	<b>338</b>	<b>72.824</b>

	Em serviço			Total
	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	
<b>Depreciação</b>				
Saldo em 31 de dezembro de 2012	(317)	(6.528)	(8)	(4.931)
Adições	(67)	(1.951)	(4)	(1.922)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	(384)	(8.479)	(12)	(8.875)
Adições	(68)	(1.949)	(4)	(2.021)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	<b>(452)</b>	<b>(10.428)</b>	<b>(16)</b>	<b>(10.896)</b>

## 5 Receita operacional bruta

Descrição	31/12/2014			31/12/2013		
	Societário	Ajustes CPCs	Regulatório	Societário	Ajustes CPCs	Regulatório
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - Rede Básica	-	11.841	11.841	-	11.929	11.929
Remuneração do ativo de concessão	11.313	(11.313)	-	10.095	(10.095)	-
Receita de infraestrutura	3	(3)	-	77	(77)	-
Receita de operação	2.618	(2.618)	-	2.362	(2.362)	-
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>13.934</b>	<b>(2.093)</b>	<b>11.841</b>	<b>12.534</b>	<b>(605)</b>	<b>11.929</b>

Os ajustes da receita operacional bruta são consequência da adoção do ICPC01 (IFRIC 12) vide Nota 2.

## 6 Resultado financeiro

Descrição	31/12/2014			31/12/2013		
	Societário	Ajustes CPCs	Regulatório	Societário	Ajustes CPCs	Regulatório
<b>Receita financeira</b>						
Atualização - Depósitos judiciais	430	-	430	256	-	256
<b>Despesa financeira</b>						
Juros s/empréstimos bancários	(2.020)	-	(2.020)	(2.246)	-	(2.246)
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(1.590)</b>	<b>-</b>	<b>(1.590)</b>	<b>(1.990)</b>	<b>-</b>	<b>(1.990)</b>

## 7 Imposto de renda e contribuição social diferido

Descrição	31/12/2014			31/12/2013		
	Societário	Ajustes CPCs	Regulatório	Societário	Ajustes CPCs	Regulatório
<b>Diferido:</b>						
Imposto de renda	(320)	-	(320)	(278)	-	(278)
Contribuição social	(167)	-	(167)	(152)	-	(152)
Imposto de renda diferido	(44)	44	-	(12)	12	-
Contribuição social diferida	(24)	24	-	(7)	7	-
<b>Total</b>	<b>(555)</b>	<b>68</b>	<b>(487)</b>	<b>(449)</b>	<b>19</b>	<b>(430)</b>

Os ajustes de imposto de renda e contribuição social diferidos representam os efeitos tributários sobre os ajustes reconhecidos com as adoções dos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo CPC, principalmente o ICPC 01.

## 8 Lucro líquido

	31/12/2014	31/12/2013
<b>Lucro líquido - Societário</b>	<b>8.327</b>	<b>6.924</b>
Outras receitas vinculadas (transmissão de energia) (Nota 5)	(2.093)	(605)
Custo de construção	3	77
Depreciação (Nota 3)	(2.018)	(2.019)
Imposto de renda (Nota 7)	44	12
Contribuição social (Nota 7)	24	7
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus Regulatória	<b>(4.040)</b>	<b>(2.528)</b>
<b>Lucro líquido - Regulatório</b>	<b>4.287</b>	<b>4.396</b>

Os ajustes do lucro líquido são consequência da adoção do ICPC01 (IFRIC 12) vide Nota 2.